



**SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E  
URBANOS DE PORTUGAL/CGTP-IN**



## ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMÓVEL

A FECTRANS, fechou ontem, dia 21 de Fevereiro de 2018, o acordo com a ANIECA, no que respeita aos novos valores a serem aplicados aos trabalhadores, com produção de efeitos de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

Estes valores aplicam-se a todos os trabalhadores das empresas filiadas na ANIECA.

Para as empresas não filiadas, será requisitada após publicação em BTE do presente acordo, uma portaria de extensão.

Os valores atualizados são os seguintes:

### Cláusula 41<sup>a</sup> (Diuturnidades)

Às retribuições mínimas do presente CCTV será acrescida uma diuturnidade no montante de € 23,50 por cada três anos de permanência na mesma categoria profissional, até ao limite de cinco, as quais farão parte integrante da retribuição.

### Cláusula 47<sup>a</sup> (Abono para falhas)

1 - Os trabalhadores que exerçam funções de recebimento ou pagamento ou de cobrança receberão, a título de abono para falhas, a quantia mensal de € 31,30.

2 - Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos no desempenho das respetivas funções, o substituto receberá o abono correspondente ao tempo de substituição.

### Cláusula 48<sup>a</sup> (Subsídio de refeição)

1 - Por cada dia em que haja prestação de trabalho efetivo, os trabalhadores terão direito a um subsídio de refeição no valor de € 3,65, salvo quando deslocados nos termos do número seguinte.

2 - A empresa reembolsará os trabalhadores deslocados das despesas efetuadas com as refeições que estes, por motivo de serviço, hajam tomado pelos seguintes valores:

Almoço ----- € 11,85;  
Jantar ----- € 11,85;  
Pequeno-almoço ----- € 3,65.

3 - Para os efeitos do disposto no n.º 2, considera-se que o trabalhador será deslocado sempre que se encontre fora do concelho para o qual a viatura está licenciada desde que, por motivos de serviço, não lhe seja possível regressar a tempo de tomar as refeições no seu local habitual.

Cláusula 49ª  
(Alojamento e subsídio de deslocação)

O trabalhador que for deslocado para prestar serviço fora do seu local de trabalho tem direito, para além da sua retribuição normal ou de outros subsídios consignados neste CCTV:

- a)
- b)
- c) A subsídio de deslocação no montante de € 3,65 e € 7,65 diários, conforme o trabalho seja realizado dentro ou fora do País e desde que o trabalhador não regresse ao local de trabalho.

**ANEXO II**  
**TABELA DE RETRIBUIÇÕES MÍNIMAS MENSAIS E ENQUADRAMENTOS**  
**PROFISSIONAIS**

Níveis	Profissões e categorias profissionais	Remunerações
1	Director/a de serviços	1 305,00 €
2	Chefe de escritório	974,00 €
3	Chefe de departamento/divisão/serviços/contabilidade	890,50 €
4	Chefe de secção Contabilista Técnico/a de contabilidade	811,50 €
5	Técnico/a administrativo/a Secretário/a de direcção/técnico/a de secretariado	745,50 €
6	Instrutor/a (1)	745,00€
7	Assistente administrativo/a II Caixa	721,50 €
8	Assistente administrativo/a I	645,00 €
9	Contínuo (mais de três anos)	601,50 €
10	Trabalhador/a de limpeza (2)	580,00 €
11	Estagiário/a administrativo/a (2)	580,00 €
12	Contínuo (até três anos) (2)	580,00 €

- (1) O instrutor que desempenhar as funções de Director de Escola de Condução tem direito a um subsídio mensal de exercício no valor de 9% incidente sobre a retribuição fixada para o nível 6 (instrutor/a).
- (2) Valor da retribuição mínima mensal garantida (rmmg) a que se refere o nº 1 do artigo 273º do Código do Trabalho, fixado pelo Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2018